



17417875



08016.005348/2021-69



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Departamento Penitenciário Nacional  
Coordenação de Apoio ao Trabalho e Renda do DEPEN

## NOTA TÉCNICA Nº 18/2022/COATR/CGCAP/DIRPP/DEPEN/MJ

### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08016.005348/2021-69

#### INTERESSADO: SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

#### 1. INTRODUÇÃO

1.1. Trata-se da devolutiva sobre o *Plano Estadual pelo Trabalho e Renda no âmbito do Sistema Prisional do Estado de São Paulo*, elaborado com auxílio da consultora Letícia Carneiro Marton Silva, contratada "(...)para subsidiar os estados a construírem planos contemplados, minimamente, por diagnósticos, metas e indicadores, resultados e impactos pretendidos, plano de monitoramento com indicação de atores, fontes de dados e frequência de coleta dos dados para acompanhamento e avaliação do plano", pelo projeto BRA/14/011, Edital 04/2020, contrato nº 2021/000048.

1.2. Ressalta-se que a presente Nota Técnica refere-se apenas à análise em torno do documento apresentado pela administração prisional ou órgão congênere em atenção ao modelo de sugestão de plano elaborado pelo Departamento Penitenciário Nacional e encaminhado aos estados e ao Distrito Federal (15818746), em consonância com a Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional/PNAT, instituída pelo Decreto nº 9.450, de 24 de julho de 2018.

1.3. As atividades de fomento à elaboração dos Planos Estaduais da Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional, dentre as quais se incluem a análise dos referidos planos estaduais, observam o teor da Recomendação 845288 da Controladoria-Geral da União:

*Recomendação 845288 - Realizar atividades de fomento à elaboração dos Planos Estaduais da Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional, bem como de supervisão e de acompanhamento desses Planos, a partir da elaboração dos seguintes instrumentos:*

*a) Guia de orientação aos entes federativos que contenha detalhamento descritivo do conteúdo a ser apresentado, inclusive com proposta de conjunto mínimo de indicadores e metas e de metodologia de monitoramento e avaliação. Considerar como subsídio outras experiências similares já implementadas pelo DEPEN, a exemplo do "Guia com orientações para subsidiar as unidades federativas para a elaboração do Plano de Educação nas Prisões"; e*

*b) Notas técnicas devolutivas com análises acerca dos Planos Estaduais.*

1.4. Ademais, imperioso trazer à baila o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030, instituído pelo Decreto nº 10.822, de 28 de setembro de 2021, o qual prevê na Meta 11 o aumento em 185% do quantitativo de presos que exercem atividade laboral, com o total de 363.414 presos em atividades laborais até 2030.

1.5. As informações apresentadas no plano serão utilizadas por esta Coordenação para acompanhamento e monitoração dos resultados e impactos pretendidos no período de 2021/2023.

#### 2. ANÁLISE

2.1. Tendo por base o modelo de sugestão encaminhado aos estados e ao Distrito Federal (15818746), no Plano Estadual pelo Trabalho e Renda no âmbito do Sistema Prisional do Estado do São Paulo (16262044) tem-se:

2.2. 1. INTRODUÇÃO: Informado, fls. 4/6.

2.3. 2. CONCEPÇÕES FUNDAMENTAIS E NORTEADORAS SOBRE O TRABALHO NO SISTEMA PRISIONAL: Informado, fls. 6/13.

2.4. 3. HISTÓRICO DAS ATIVIDADES LABORATIVAS NO ESTADO: Informado, fls. 13/25.

2.5. 4. DO TRABALHO EM PRISÕES NO ESTADO

2.6. 4.1 Espelho geral do estado: Informado, fls. 25/27.

2.7. 4.1.1 Estabelecimentos Penais: Informado, fls. 27.

2.8. 4.1.2 População Carcerária: Informado, fls. 27/28.

2.9. 4.1.3 Agentes Penitenciários: Informado, fls. 28.

2.10. 4.1.4 Infraestrutura Laboral: Informado, fls. 28/29.

2.11. 4.1.5 Disponibilidade de recursos federais (inserir todos – execuções completas e incompletas): Informado, fls. 30.

2.12. 5. GESTÃO

2.13. 5.1 Atribuições e competências: Informado, fls. 30/32.

2.14. 5.2 Procedimentos de rotina: Informado, fls. 33/34.

2.15. 5.3 Gestão de pessoas: Informado, fls. 35.

2.16. 5.4 Sistema de Informação: Informado, fls. 35/36.

2.17. 5.5 Articulação: Informado, fls. 36/38.

2.18. 6. TRABALHO NO CONTEXTO PRISIONAL: Informado, fls. 38/41.

2.19. 7. QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DOS PRIVADOS DE LIBERDADE: Informado, fls. 41/43.

2.20. 8. INFRAESTRUTURA: Informado, fls. 43/44.

2.21. 9. REMIÇÃO: Informado, fls. 44.

2.22. 10. PLANO DE METAS 2021 - 2023: Informado, fls. 44/48.

2.23. ANEXO 1: Informado (17415861)

### 3. **PLANO DE MONITORAMENTO COM INDICAÇÃO DE ATORES, FONTES DE DADOS E FREQUÊNCIA DE COLETA DOS DADOS PARA ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO**

3.1. Sugere-se a elaboração de plano de monitoramento com indicação de atores, fontes de dados e frequência de coleta para criar o monitoramento e avaliação do plano pelo estado. Para tanto, indica-se que sejam considerados:

- a) Acompanhamento pelo órgão de administração prisional;
- b) As estratégias para dar publicidade às ações desenvolvidas;
- c) Quais os indicadores são e serão utilizados, considerando as metas estabelecidas nesse plano estadual;
- d) As estratégias para acompanhar, monitorar e avaliar o plano.

### 4. **CONCLUSÃO E ENCAMINHAMENTOS**

4.1. Ante o exposto, esta Coordenação **APROVA** o Plano Estadual pelo Trabalho e Renda no âmbito do Sistema Prisional do Estado de São Paulo (2021 - 2023) (16262044) e seu anexo I (17415861) e solicita que seja enviado ofício (17419267) ao estado de São Paulo para:

- I - Assinatura do Plano pelo Secretário;

II - Publicação do extrato do Plano no Diário Oficial do Estado e, posteriormente, envio ao DEPEN;

III - Publicação na íntegra no site da Secretaria ou órgão equivalente.

**JULIANA DE LIMA BRAGA**

Coordenadora de Trabalho e Renda - Substituta

4.2. De acordo, acolho as informações contidas na presente Nota Técnica e encaminho ao Diretor de Políticas Penitenciárias para conhecimento e providências pertinentes.

**CRISTIANO TAVARES TORQUATO**

Coordenador-Geral de Cidadania e Alternativas Penais



Documento assinado eletronicamente por **Juliana de Lima Braga, Coordenador(a) de Trabalho e Renda - Substituto(a)**, em 09/03/2022, às 08:54, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Rodrigo Martins Dias, Coordenador(a)-Geral de Cidadania e Alternativas Penais – Substituto(a)**, em 09/03/2022, às 13:03, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **17417875** e o código CRC **16DA7623**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.